Notas a propósito da primeira sessão de palestras sobre a aristocracia

Há diferenças importantes na visão que temos sobre o que seja a sociedade quando introduzimos a possibilidade de existirem (persistirem) aristocracias nas sociedades do capitalismo avançado. Há resistências à aceitação de uma tal hipótese.

A prioridade à contradição entre os trabalhadores e o capital está institucionalizada (na concertação social e na vida política, em particular). A ponto da classe média ser o resto da população que não cabe na definição das duas classes de referência (tal como a burguesia estava também encoberta pela designação geral de povo ou terceiro estado ou classe média no tempo em que os aristocratas eram o grupo social dominante).

Há uma noção estigmatizante de aristocracia (imagem a que ninguém hoje em dia se pretende colar, a não ser por herança ou excentricidade, como os monárquicos ou o José Castelo Branco) ligada à imagem que temos da história do século XVIII, já que de então para cá, tanto a história como as ciências sociais, deixaram de mencionar a existência de tal grupo social. Foi como se a Revolução o tivesse pura e simplesmente remetido para a clandestinidade. Ou como se fosse indiferente à sua decadência, cujas reminiscências, em todo o caso, não são insignificantes nos dias de hoje, a ter em conta as monarquias europeias e os monarcas sem trono.

A vontade de trazer este assunto à conversa pode parecer intempestiva. Ela foi estimulada pelo esclerosamento ideológico da esquerda e a sua decadência política. E, portanto, da necessidade de sacudir essas águas, como forma de travar a desatinada viragem à direita mais desembestada. Decorre ainda da inspiração dupla de Durkheim e Honneth. O primeiro propôs que a sociologia se centrasse no estudo da moral social (nos estados de espírito que conduzem as sociedades em cada tempo histórico) e o segundo, actual Director da Escola de Frankfurt, concluiu que o projecto emancipatório da humanidade – depois de Marx, Adorno e Horkheimer, Habermas, depois da economia, da cultura e da política, centros de atenção nas respectivas épocas – se deve concentrar na reclamação de respeito, dignidade, da pessoa humana, isto é para toda a gente. Em vez de nos centrarmos – como temos feito em torno do Estado Social e da social-democracia – em conciliar a administração do Estado com as lutas operárias, a direita e a esquerda políticas irmanadas na incompetência e incapacidade para controlar as perversidades do capitalismo (dadas as actuais circunstâncias de prevalência do espaço-tempo globalizante, garante da liberdade do capital, e da repressão, para controlar a mobilidade da mão-de-obra e a contestação às novas liberdades do capital) sente-se a necessidade de encontrar novos modos (cognitivos e doutrinários) de entender a realidade, se se quiser oferecer uma esperança emancipatória às sociedades europeias.

As aristocracias, apesar da sua derrota histórica e da subordinação dos seus modelos de viver relativamente aos modelos capitalistas (empresário e trabalhador), mantêm uma presença rica no imaginário colectivo – ao contrário do que ocorre com as referências científicas e doutrinárias (politicamente ainda se fala da honra, da fidelidade e da dignidade pessoal como valores, embora nem sempre de forma respeitável – aliás como acontecia também com os aristocratas dominantes no tempo em que eram o topo das sociedades).

A teoria social inclinou-se para valorizar especialmente os trabalhos de reconciliação entre as perspectivas de Max Weber e Marx e para desvalorizar as perspectivas de Durkheim, com consequências práticas, segundo Mouzelis, num bloqueamento cognitivo que precisa ser ultrapassado. Pessoalmente tenho desenvolvido a opção de fazer convergir Durkheim e Marx, por exemplo, em torno da noção de estados de espírito humanos: uma versão de moral ancorada nas características bio-sociais próprias dos humanos, como as já intuídas por Gabriel Tarde – o mimetismo – e por Foucault, quando menciona as práticas de “cuidar de si”, práticas educativas, como a forma ocidental de construção dos sujeitos individuais e volutivos, típicos do imaginário optimista (progressista) da modernidade emancipada.

A superioridade da educação

Para Durkheim a educação deveria servir para disciplinar cada criança e jovem para aceitar a sua condição social e sentir-se feliz, pessoalmente, quando nela estivesse integrado. Para Marx a educação era a disciplina revolucionária, isto é a consciência também ela externa ao individuo da necessidade histórica de romper com a pré-história da humanidade e realizar, através da emancipação do proletariado, o fim da alienação dos bens socialmente produzidos a favor de uns poucos expropriadores. Qualquer dos dois fazia depender a missão de cada um na sociedade num esforço de tomada de consciência para contribuir para o cumprimento de finalidades ideológicas dispostas pela sociedade e pela história.

A educação do carácter dos aristocratas, através da filosofia e das ciências, foi uma das grandes descobertas existenciais do Ocidente. Enquanto no Oriente Confúcio prescreveu a subordinação às burocracias como receita para a sociedade perfeita. O mimetismo, ao longo dos últimos milénios, a ideia cristã de que somos todos igualmente filhos de Deus, traduziu em emancipação da humanidade a aspiração de elevação intelectual e espiritual dos mestres educadores. Embora, como a história o mostra, essa igualdade potencial tenha sido primeiro reservada aos patrícios, de que eram excluídos os escravos e os estrangeiros. Foi essa igualdade potencial que encantou os bárbaros que assistiram e participaram na queda do Império. Foi essa igualdade que perpassou clandestinamente pelas hierarquias das cortes centralizadoras que organizaram a saída da Idade Média e inspirou todas as revoluções. Foi ela que inspirou os humanistas e os iluministas e encantou os salões aristocráticos ocidentais. Foi ela que foi tomada a sério, do ponto de vista jurídico, com as declarações dos direitos humanos. E foi ela que teve de ser reafirmada e confirmada pelas declarações complementares que incluíram no seio da humanidade as mulheres, as crianças, os povos espoliados dos seus territórios pelos colonos europeus, os migrantes e respectivas famílias. É ela que continua a ser negada quotidiana e institucionalmente, apesar do orgulho ocidental perante o mundo de sermos capazes de produzir declarações morais universais, como as humanistas.

O laicismo é a afirmação da democratização e liberalização das oportunidades de vivência de altas espiritualidades, nomeadamente através do exercício de actividades intelectuais não místicas, sem referências metafísicas ou místicas, como propuseram os positivistas, com um fulgurante e hoje depreciado sucesso nos alvores da modernidade contemporânea. A educação generalizada foi possível pela dessacralização dos saberes, em particular dos saberes científicos, que, todavia, continuam a sofrer de dogmatismos. Ciclicamente, porém, revoluções técnico-científicas acrescentam oportunidades de sabedoria que alguns divulgadores da ciência se encarregam de transmitir ao público. Sem que este se aperceba concretamente como as actividades técnico-científicas se desenvolvem, no seio das instituições públicas e privadas onde laboram. Nomeadamente, por exemplo, como os produtos transgénicos sujeitos a patentes estão a criar riscos para a segurança alimentar e para o ambiente, ou como a sobreprodução de carne aumenta o efeito de estufa e a obesidade em humanos, ou a maior parte dos cientistas trabalha directamente para fins militares.

A moral, como bem sabemos, não é o aspecto mais forte das sociedades ocidentais. Marx, por exemplo, usou o termo proletários e proletariado – literalmente descendentes dos escravos – para conotar de forma pejorativa a moral das práticas de assalariamento. Sem sucesso. Hoje em dia, com a crise, o que mais se pede aos governantes e aos capitalistas é que ofereçam oportunidades de trabalho assalariado. O trabalho tornou-se em mais do que um direito: uma moral social, a que os empresários, os artistas, os académicos, os políticos e as administrações aderiram. Todos somos trabalhadores, com orgulho de o sermos. E ficamos irremediavelmente deprimidos se caímos no desemprego. A moral vigente é a antítese da moral marxiana.

Ser produtivo, dizem os liberais e os marxistas, é motivo não apenas de orgulho mas também o único sentido que a vida pode assumir com dignidade. Quem não seja produtivo não é solidário nem digno do convívio, na moral imbuída do valor da equação improvável trabalho=dinheiro. É o triunfo do fetiche da mercadoria, tornado naquilo para que vale a pena viver (a marca, por exemplo) e sem a qual tudo deve definhar, como quando uma crise de sobreprodução torna o trabalho capitalista (e o consumo) impraticáveis. Para consternação geral, em vez de a crise, como propõe Halloway, ser transformada numa oportunidade para refazer a moral social, as maneiras de pensar e agir socialmente, para já, resistem como que por falta de imaginação ou, o que é mais grave, com receio de seguir a imaginação possa ser um logro, como o foram caminhos socialistas realmente inaceitáveis.

O que é a aristocracia?

A aristocracia foi dominante nas sociedades ocidentais, desde a Grécia Clássica. E teve diversas formas, desde então. Houve sempre, até aos tempos modernos, um reforço jurídico dos poderes aristocráticos, que foi dispensado (pelo menos na sua forma explícita) nos regimes dominados pela burguesia. Os privilégios burgueses concretizam-se na vida económica, na construção dos mercados, nos acessos às mercadorias e nas fábricas integradas nesses sistemas económicos.

Nos estudos da transição do feudalismo para o capitalismo, diz-se que à dominação aristocrática – na verdade das realezas já bem centralizadas – centrada nos privilégios políticos e sociais juridicamente protegidos e reconhecidos, sucedeu a exploração económica em torno de mercados igualmente (formalmente) abertos a todas as pessoas, independentemente dos respectivos estatutos legais e sociais. Na verdade, nem a estanquicidade entre grupos sociais criticada aos regimes aristocráticos foi ultrapassada nos regimes capitalistas (a reprodução social dos estatutos sociais e das classes manteve-se), nem mesmo nos anos sessenta do século XX, auge das oportunidades de mobilidade social que fizeram da classe média a prova do mérito das políticas sociais e cristãs-democratas, nem a justiça foi capaz de concretizar a esperança de igualdade prática, seja ao nível das oportunidades de acesso à justiça, seja ao nível dos litígios judiciais, como o mostram as críticas à crítica da justiça de John Rawls.

A exploração capitalista, apesar das ideologias prescreverem outra coisa, foi organizada tendo por apoio permanente e firme a dominação das sociedades pelos Estados. Tanto nas sociedades colonizadas pelos europeus, como nas sociedades europeias. O facto dos interesses das burguesias dominantes terem passado a ser expressa e explicitamente alegados em público, não impede haver uma continuidade dos segredos que são sempre um dos núcleos duros de todos os negócios, alguns segredos de Estado, alvos da espionagem industrial e comercial, na verdade alvos de estratégias de guerra entre grupos de aliados burgueses-aristocratas, exploradores e dominadores, concorrentes entre si e sempre à procura de novas oportunidades de dominação-exploração capazes de substituir aquilo que acaba na falência em alguns anos, por sobre exploração de recursos, por sobre produção de mercadorias, por empobrecimento das populações exploradas.

Os militares, instrumentos directos de dominação, evidentemente, são organizados em função de uma moral (militarista) que sabe usar grupos organizados de jovens para fins de controlo do inimigo, designado assim para justificar a moral (ou a imoralidade) dos segredos de Estado que encobre. Quem vive da dominação e disso recebe rendimentos para sobrevivência e para ostentar honra, o prestígio social que os humanos dedicam a quem se lhes apresenta consistentemente como superior, deverá ser considerado aristocrata. A sua condição depende da confiança da rede social de dominação – de que emerge o espírito de corpo – e não da competência de entregar mantimentos ou outros artigos para sustento da vida das populações.

A firmeza da sua posição social não depende do regime de exploração. Depende da necessidade funcional de qualquer exploração assegurar um máximo de segurança em todo o processo produtivo, comercial e de retribuições sociais. Como depende a firmeza da educação militar, cuja moral deve ser muito elevada, sob pena de não ser apta a cumprir as missões. A honra aristocrática corresponde ao espírito profissional de quem tem que fazer aquilo que precisa ser feito, independentemente de outras considerações morais que não seja o cumprimento de um papel, alegadamente benefício geral, mesmo quando se trate de cometer genocídios ou estragar definitivamente a vida de inocentes. A que se junta o orgulho de o ter feito. Na senda da tradição dos antepassados, totens inspiradores e asseguradores da honra social, encarnados pelos aristocratas que hoje assumem, pessoalmente, o seu escol.

É verdade existir a tendência, reforçada pela perenidade da epistemologia do estrutural-funcionalismo nas teorias sociais, cf. Mouzelis chama a atenção, de pensar a aristocracia – como a burguesia e o proletariado – como uma entidade unificada. Obviamente não é. Nunca foi. Sobretudo depois de se ter tornado classe social secundária ou mesmo clandestina no barco da modernidade avançada, as aristocracias dividiram-se em profissões, por exemplo: juízes, professores universitários, médicos, pessoas a quem os rendimentos eram com mais probabilidade abundantes, por via do prestígio social que conseguiam capitalizar, independentemente das respectivas contribuições directas para a afirmação do capitalismo. As funções de administração do Estado e das grandes empresas (empresas essas sempre, de alguma maneira, dependentes dos favores do Estado, protector dos adversários e também em caso de faltas às regras em uso – no mercado ou no trabalho).

Os aristocratas não intervêm directamente na produção (como se diz deles, são inúteis). Mas mantém posições sociais susceptíveis de atraírem rendas justificadas em nome da sua representatividade (necessidades de representação de um grupo social mais vasto, ambiguamente de classe – todos os aristocratas – e comunitário – os povos sob a sua tutela). Em particular, os embaixadores e, por semelhança, todos os altos funcionários (do Estado ou privados) com as mesmas características.

Isso explicaria como as grandes famílias portuguesas passaram desde os tempos da monarquia até aos dias de hoje, mesmo após a nacionalização dos seus bens e fontes de rendimento, facilmente conseguiram recuperar as respectivas posições – ver o filme “Os Donos de Portugal”. É de posições sociais em redes socialmente exclusivas, e não de competências, de que a aristocracia é feita. E nos dias de hoje a aristocracia aprendeu com a burguesia a dizer que trabalha. E até haverá aristocratas que tomam o gosto ao trabalho, no sentido que lhe dão os aristocratas: produção de alianças sociais exclusivas de confiança e mútua protecção.

Não. Não são os conceitos de burguesia a aristocracia que estão confundidos. A própria burguesia afirmou-se ao confundir-se com as aristocracias. E as aristocracias reconverteram-se confundindo-se com as burguesias com as quais se aliaram. Não encontramos um circo aristocrático, como foi Versailles nos seus tempos áureos. Mas encontraremos facilmente muitos palácios que servem de abrigo às mesmas intrigas e que atraem o envolvimento dos povos, implicados sem seu consentimento nas tramoias que nas suas costas são cozinhadas.

Há vantagens em distinguir entre as classes dominantes os burgueses dos aristocratas?

A dominação, aquilo que caracteriza os aristocratas ou a parte aristocrática da função social das classes dominantes, implica uma relação desigual mas humana com as comunidades e as sociedades, em dados territórios. A exploração, a característica dos burgueses, é transterritorial, sobretudo quando os mercados podem ser virtuais, isto existirem apenas nas televisões e na internet, como os mercados financeiros.

Os burgueses podem estar em fase de desaparecimento (200 famílias e nível mundial, dizem), substituídos por empreendedores, gestores especuladores e conglomerados de capitais. Mas sem aristocratas, sem os agentes locais de representação do regime capitalista e dos estados que o protegem (políticos, economistas, gestores, altos profissionais que ensinam e tratam da saúde, militares que defendem o povo), como é que os burgueses podem manter as respectivas actividades globais?

2013-03-07 APD